



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.285, DE 2021**

**(Do Sr. Carlos Bezerra)**

Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para reduzir a multa de mora, por dia de atraso, por atraso de tributos e contribuições federais.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2021**

(Do Sr. CARLOS BEZERRA)

Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para reduzir a multa de mora, por dia de atraso, por atraso de tributos e contribuições federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

*“Art. 61. Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 1997, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, calculada à taxa de sessenta e seis milésimos por cento, por dia de atraso.*

.....”  
(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto de lei tem como objetivo reduzir a multa de mora por dia de atraso no pagamento dos tributos federais, em razão do excesso verificado na atual legislação.

O percentual de multa diária por atraso, previsto no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, é de 0,33% sobre o débito. O



parágrafo 2º define que o percentual da multa a ser aplicado é limitado a vinte por cento (20%).

Verifica-se que, ao se aplicar o percentual diário de 0,33%, no curto período de dois meses já se alcança o limite de 20%.

Dois problemas decorrem da aplicação dessa regra. Primeiro, em poucos dias o custo tributário já se torna excessivo ao contribuinte, em completa falta de harmonia com outras normas que tratam de multa por atraso, por exemplo o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), que prevê o limite de multa moratória de 2% ao mês, equivalente a 0,066% ao dia.

Como segundo problema, tem-se que em apenas 2 meses já não haverá incentivo econômico a realizar o pagamento, dado que o limite de 20% já será alcançado. Ao atingir esse percentual, um possível comportamento do contribuinte será esperar a oportunidade de um programa de recuperação fiscal (REFIS), na expectativa de reduzir o custo do atraso no pagamento.

Assim, com o intuito de harmonizar os interesses do contribuinte e do fisco, ao mesmo tempo em que se cria incentivos econômicos adequados, propomos reduzir o percentual de multa por dia de atraso para sessenta e seis milésimos por cento (0,066%), mantendo o limite cumulativo de 20%, previsto no parágrafo 2º do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Dessa forma, o tempo de acumulação da multa diária necessário para alcançar o limite de 20% será de aproximadamente 10 meses, e não 2 meses, com benefícios para toda a sociedade.

Considerando o impacto positivo da medida, solicitamos o apoio de nossos Nobres Pares para aprovação desta relevante proposição.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2021.

Deputado CARLOS BEZERRA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214965005200>



2021-17249

3

Apresentação: 03/12/2021 16:48 - Mesa

PL n.4285/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214965005200>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
 Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996**

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO V  
DISPOSIÇÕES GERAIS

**Seção IV**  
**Acréscimos Moratórios**

**Multas e Juros**

Art. 61. Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 1997, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso.

§ 1º A multa de que trata este artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o dia em que ocorrer o seu pagamento.

§ 2º O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a vinte por cento.

§ 3º Sobre os débitos a que se refere este artigo incidirão juros de mora calculados à taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês de pagamento. ([Vide art. 4º da Lei nº 9.716, de 26/11/1998](#))

**Pagamento em Quotas-Juros**

Art. 62. Os juros a que se referem o inciso III do art. 14 e o art. 16, ambos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, serão calculados à taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega tempestiva da declaração de rendimentos.

Parágrafo único. As quotas do imposto sobre a propriedade territorial rural a que se refere a alínea c do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, serão acrescidas de juros calculados à taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subsequente àquele em que o contribuinte for notificado até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento.

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990**

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I**  
**DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------